

INFORMAÇÕES PESSOAIS:

Nome:	RAFAEL DE OLIVEIRA
Qualificação:	MESTRE EM DIREITO CONSTITUCIONAL PELO IDP
Currículo:	MESTRE EM DIREITO CONSTITUCIONAL PELO IDP, PÓS GRADUADO EM PROCESSO CIVIL PELO IDP, EX TÉCNICO JUDICIÁRIO DO TJDFT. APROVADO NO CNJ, ANAC. ESCRIVÃO DA PCDF.

CURSO:

Título geral do curso:	DIREITO PENAL PARTE ESPECIAL. PRINCIPAIS CRIMES.
------------------------	---

AULA 1:

Título_Aula 1:	CRIMES CONTRA A PESSOA

Bibliografias:	<p>1. Título: Direito Penal - Parte Especial - Vol. 1: Volume 1 (Português) Capa comum – 9 fevereiro 2017.</p> <p>Editora Método.</p> <p>São Paulo</p> <p>2017.</p> <p>Curso de Direito Penal - Volume 2 - Parte Especial - Artigos 121 a 212 do Código Penal Curso de Direito Penal - Volume 3 - Parte Especial - Artigos 213 a 361 do Código Penal.</p> <p>EDITORA IMPETUS.</p> <p>São Paulo.</p> <p>2020.</p>
Resumo final:	

Quiz:

- 1) É hipótese de homicídio qualificado?
- a) À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;
 - b) com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;
 - c) se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;
 - d) mediante concurso de duas ou mais pessoas;

Resposta: A

2. Hércules havia cometido um crime de roubo e ficou sabendo que Medusa foi testemunha ocular desse delito. Assim, resolve tirar a vida de Medusa, crime este que veio a executar, pessoalmente, mediante disparo de arma de fogo. Nessa situação hipotética, considerando apenas essas informações, segundo o Código Penal, é correto afirmar que Hércules cometeu o crime de:

- a) homicídio simples.
- b) homicídio simples, com atenuante, por ter agido sob o domínio de violenta emoção.
- c) feminicídio em razão de a vítima ser mulher.
- d) homicídio qualificado, por ter agido para assegurar a impunidade de outro crime.

Resposta: D

3- Serena havia acabado de dar à luz o seu filho, mas, em razão de seu estado emocional, caracterizando o estado puerperal, veio a tirar dolosamente a vida da criança. Considerando o disposto no Código Penal, é correto afirmar que essa conduta de Serena

- a) caracteriza o crime de infanticídio.
- b) não é considerada crime.
- c) é considerada crime de homicídio qualificado.
- d) caracteriza o crime de homicídio, com agravante de a vítima ser um recém-nascido.

Resposta: A

--	--

AULA 2

Título_Aula 2:	CRIMES CONTRA A ADMNISTRAÇÃO PÚBLICA

Bibliografias:	<p>1. Título: Direito Penal - Parte Especial - Vol. 1: Volume 1 (Português) Capa comum – 9 fevereiro 2017.</p> <p>Editora Método.</p> <p>São Paulo</p> <p>2017.</p> <p>Curso de Direito Penal - Volume 2 - Parte Especial - Artigos 121 a 212 do Código Penal Curso de Direito Penal - Volume 3 - Parte Especial - Artigos 213 a 361 do Código Penal.</p> <p>EDITORA IMPETUS.</p> <p>São Paulo.</p> <p>2020.</p>
Resumo final:	

Quiz:

1. O funcionário público que, na cobrança de contribuição social devida, emprega meio vexatório ou gravoso, em tese:

- a) pratica o crime de prevaricação.
- b) não pratica qualquer crime.
- c) pratica o crime de violência arbitrária
- d) pratica o crime de excesso de exação.

Resposta: D

2- Sob o pretexto de que utilizaria sua influência junto a um auditor fiscal de determinada secretaria de fazenda (SEFAZ), Lênio solicitou vantagem pecuniária de Paulo, alegando que cancelaria vultosa autuação fiscal aplicada a Paulo. Paulo pagou a quantia solicitada, mas continuou devedor na SEFAZ, porque Lênio não era funcionário público e sequer conhecia um auditor.

Nessa situação hipotética, Lênio está sujeito a responder pelo crime de

- a) tráfico de influência.
- b) falsidade ideológica.
- c) corrupção passiva.
- d) concussão

Resposta: A

3- A respeito do crime de exploração de prestígio (art. 357 do CP), é correto afirmar que:

- a) prevê causa de aumento se o agente alega ou insinua que o dinheiro é também destinado a funcionário público estrangeiro.
- b) prevê modalidade culposa.
- c) se trata de crime comum, não se exigindo qualquer qualidade especial do autor.
- d) para se configurar, exige o efetivo recebimento de dinheiro pelo agente.

	Resposta: C
--	-------------

AULA 3:

Título_Aula 3:	CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Bibliografias:	<p>Título: Direito Penal - Parte Especial - Vol. 1: Volume 1 (Português) Capa comum – 9 fevereiro 2017.</p> <p>Editora Método.</p> <p>São Paulo</p> <p>2017.</p> <p>Curso de Direito Penal - Volume 2 - Parte Especial - Artigos 121 a 212 do Código Penal Curso de Direito Penal - Volume 3 - Parte Especial - Artigos 213 a 361 do Código Penal.</p> <p>EDITORA IMPETUS.</p> <p>São Paulo.</p> <p>2020.EDITORA IMPETUS.</p> <p>São Paulo.</p> <p>2020. Ano:</p>
Resumo final:	

Quiz:

1. Sobre a definição de crime de importunação sexual, assinale a alternativa correta.

- a) ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima
- b) praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro
- c) constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função
- d) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso

Resposta: B

2. O crime de estupro de vulnerável (art. 217-Ado CP):

- a) pode ser praticado mediante conjunção carnal ou ato libidinoso diverso.
- b) exige que a vítima seja mulher.
- c) pressupõe violência ou grave e ameaça como meios executórios.
- d) é subsidiário ao estupro (art. 213 ao CP).

Resposta: A

3. O tipo penal assim descrito: "constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função" constitui o crime de:

- a) estupro.
- b) atentado violento ao pudor.
- c) corrupção de menores.
- d) assédio sexual.

	Resposta: A
--	-------------

AULA 4:

Título_Aula 4:	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Bibliografias:	<p>Título: Direito Penal - Parte Especial - Vol. 1: Volume 1 (Português) Capa comum – 9 fevereiro 2017.</p> <p>Editora Método.</p> <p>São Paulo</p> <p>2017.</p> <p>Curso de Direito Penal - Volume 2 - Parte Especial - Artigos 121 a 212 do Código Penal Curso de Direito Penal - Volume 3 - Parte Especial - Artigos 213 a 361 do Código Penal.</p> <p>EDITORA IMPETUS.</p> <p>São Paulo.</p> <p>2020.</p>
Resumo final:	

Quiz:

- 1- Sobre os delitos de falsidade documental, é correto afirmar que:
- a) o cartão de crédito, embora possua natureza de documento particular, é equiparado, para tipificação penal, a documento público.
 - b) ara os efeitos penais, equipara-se a documento público o testamento particular.
 - c) o crime de Uso de Documento Falso admite a modalidade culposa.
 - d) para os efeitos penais, as ações de sociedade comercial são consideradas documentos particulares.

Resposta: B

2. De acordo com o Código Penal, aquele que, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, restitui esta à circulação, desconhecendo a falsidade,

- a) pratica crime assimilado ao de moeda falsa.
- b) pratica crime apenas se for funcionário público ou diretor, gerente, ou fiscal de banco de emissão.
- c) É punido com detenção, de seis meses a dois anos, e multa.
- d) não comete crime algum.

Resposta: E

3. No tocante às infrações previstas nos artigos 307, 308 e 311-A, do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta de atribuir a terceiro falsa identidade é penalmente atípica, sendo crime apenas atribuir a si próprio identidade falsa.
- b) O crime de fraude em certames de interesse público configura-se pela divulgação de conteúdo de certame, ainda que não sigiloso.
- c) O crime de fraude em certames de interesse público prevê a figura qualificada, se dele resulta dano à administração pública.
- d) O crime de fraude em certames de interesse público é próprio de funcionário público.

	Resposta: C
--	-------------

AULA 5:

Título_Aula 5:	DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Bibliografias:	<p>Título: Direito Penal - Parte Especial - Vol. 1: Volume 1 (Português) Capa comum – 9 fevereiro 2017.</p> <p>Editora Método.</p> <p>São Paulo</p> <p>2017.</p> <p>Curso de Direito Penal - Volume 2 - Parte Especial - Artigos 121 a 212 do Código Penal Curso de Direito Penal - Volume 3 - Parte Especial - Artigos 213 a 361 do Código Penal.</p> <p>EDITORA IMPETUS.</p> <p>São Paulo.</p> <p>2020.</p>
Resumo final:	

Quiz:

1. Nos termos da lei, em que consiste o estelionato?
 - a) Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.
 - b) Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia.
 - c) Fraudar execução, alienando, desviando, destruindo ou danificando bens, ou simulando dívidas.
 - d) Apropriar-se alguém de coisa alheia vinda ao seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza.

Resposta: A

2. Com relação ao furto qualificado, não é dada a pena de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime for cometido:
 - a) Com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;
 - b) Com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.
 - c) Por criminoso primário e a coisa furtada for de valor pequeno.
 - d) Mediante concurso de duas ou mais pessoas.

Resposta: C

- 2- Carro oficial é furtado após funcionário público estacioná-lo em via pública deixando as portas abertas e as chaves no contato. O funcionário, nesse caso, incorre, em tese, no crime de
 - a) dano ao patrimônio público.
 - b) gestão perdulária de bens e serviços públicos.
 - c) condescendência criminosa.
 - d) peculato culposo.

Resposta: D

--	--

RESUMO GERAL:

Tema geral da aula:	
Tema de cada aula:	Aula 1: Aula 2: Aula 3: Aula 4: Aula 5:
Bibliografias utilizadas:	Título: Direito Penal - Parte Especial - Vol. 1: Volume 1 (Português) Capa comum – 9 fevereiro 2017. Editora Método. São Paulo 2017. Curso de Direito Penal - Volume 2 - Parte Especial - Artigos 121 a 212 do Código Penal Curso de Direito Penal - Volume 3 - Parte Especial - Artigos 213 a 361 do Código Penal. EDITORA IMPETUS. São Paulo. 2020.

QUIZ:

Prezados professores, informamos que o material didático utilizado na participação do programa Saber Direito, bem como a sua fonte é de inteira responsabilidade dos senhores. O Canal TV Justiça não se responsabiliza, em nenhum âmbito, sobre o uso de conteúdo resguardado por direito autoral. Pedimos que se abstenham de utilizar perguntas e respostas que estejam protegidas por lei.